

Um estudo comparativo sobre a confiança nos processos eleitorais entre os brasileiros, chilenos, mexicanos e poloneses

Fábio Hoffmann, Luis Gustavo Mello Grohman, Everton Rodrigo Santos e Luizinho Jorge Cá

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma análise quantitativa longitudinal da percepção dos brasileiros, chilenos, mexicanos e poloneses sobre o processo eleitoral. Este trabalho tem, portanto, o objetivo de compreender em que medida os cidadãos desses países percebem e entendem o processo eleitoral em suas vidas e explicar essa relação com a crise da democracia liberal e a ascensão do fenômeno populista. Os dados utilizados são da World Values Survey (WVS) e abrangem as duas últimas ondas disponíveis para esses países. Os resultados evidenciam uma piora na percepção do eleitorado sobre as instituições que circunscrevem o processo eleitoral, o que pode ser entendido tanto como causa quanto como consequência da ascensão do populismo contemporâneo, um fenômeno que acentua a crise do modelo liberal de democracia.

Palavras-chave: cultura política; confiança política; percepção eleitoral; populismo autoritário; crise da democracia liberal.

Sobre os autores

Fábio Hoffmann é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: molahms@gmail.com

Luis Gustavo Mello Grohmann é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). E-mail: lmgrohmann@gmail.com

Everton Rodrigo Santos foi Professor Visitante na Universidade Nacional de Rosário (UNR) na Argentina em (2017), fez estágio Pós-Doutoral em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2013. É Doutor (2005) e Mestre (1996) em Ciência Política também pela (UFRGS). E-mail: chabert89@gmail.com.

Luizinho Jorge Cá é mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: luizinhca@gmail.com

Abstract

This study conducted a longitudinal quantitative analysis of the perception of the electoral process among Brazilians, Chileans, Mexicans, and Poles to understand the extent to which citizens in these countries perceive and understand the electoral process in their lives and to explain its relationship with the crisis of liberal democracy and the rise of the populist phenomenon. Data was collected from the World Values Survey (WVS), encompassing the last two waves available for these countries. Results show a worsening in the electorate's perception of the institutions surrounding the electoral process, which can be understood as both a cause and a consequence of the rise of contemporary populism, a phenomenon that accentuates the crisis of the liberal model of democracy.

Keywords: political culture; political trust; electoral perception; authoritarian populism; crisis of liberal democracy.

Artigo recebido em 10 de janeiro de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 14 de janeiro de 2022.

Introdução

O nível global de democracia piorou nos últimos anos. Segundo o relatório de 2021 do *Democracy index* da *The Economist* (2021), houve uma continuidade no enfraquecimento das instituições democráticas, com retrocessos das liberdades e o fortalecimento do autoritarismo. De acordo com o relatório de 2021 do Variedades de democracia (V-Dem) (Lindberg, 2021), a onda de autocratização se tornou viral, atingindo tanto democracias consolidadas quanto as da terceira onda. Países na região da América Latina, Europa Oriental, Ásia Central e Ásia Pacífico estão entre os mais atingidos, mas países da América do Norte, como os Estados Unidos da América (EUA), e da Europa central, como a Hungria e a Polônia, igualmente apresentaram retrocessos.

Apesar da controvérsia sobre a existência de uma onda de autocratização (Skaaning, 2020; Tomini, 2021) e até mesmo sobre as análises de que, em longo prazo, é a democracia que prevalecerá (Welzel, 2021a, 2021b), há boas razões para que um cenário mais pessimista seja levado a sério. Nos EUA, Kaufman e Haggard (2018) identificaram retrocessos democráticos quando analisaram os 20 meses posteriores ao início da presidência do republicano Donald Trump. Viktor Orbán, na Hungria, valeu-se justamente da pandemia do coronavírus

para fincar o seu cetro autoritário na democracia, enquanto na Turquia Recep Erdoğan vem constringendo as liberdades civis e políticas. Na Holanda, na França e na Itália, lideranças e movimentos com plataformas da extrema direita viram o seu protagonismo aumentar diante da crescente insatisfação da população em relação à capacidade do regime democrático em ser resolutivo sobre problemas não somente locais e nacionais, mas também transnacionais.

Parte considerável das análises que procuram compreender o momento difícil pelo qual as democracias vêm passando, não obstante, deixa de fora o componente cultural. As investigações geralmente desconsideram o papel dos valores, das atitudes e do comportamento das pessoas em relação ao sistema político como um todo. As clivagens étnicas, raciais, identitárias e culturais se somam a questões complexas, como imigração, integração, globalização e a alta desigualdade econômica e social, que tornam o papel desempenhado pela democracia ainda mais importante e desafiador. Quando a democracia falha, deixando de atender às expectativas dos cidadãos, a desconfiança política e as insatisfações com o regime e os processos a ele relacionados aumentam.

Um dos fenômenos políticos relevantes associado ao aumento da desconfiança política e à insatisfação com o regime é o populismo. O objetivo desta pesquisa é verificar se houve uma queda na confiança nos processos eleitorais entre os cidadãos do Brasil, Chile, México e da Polônia, países que apresentam crescimento do fenômeno populista tanto de esquerda quanto de direita. A hipótese é a de que o populismo, sendo ele próprio um fenômeno antissistema, acaba se valendo da descrença no sistema para minar a legitimidade do regime e projetar o seu posicionamento nos conflitos políticos contemporâneos.

Além dos pontos abordados nesta introdução, trata-se sobre os conceitos de apoio e confiança, apontando para a necessidade de compreender o seu caráter multidimensional. Na sequência, apresenta-se rapidamente a metodologia e os dados da percepção dos cidadãos dos países selecionados sobre o processo eleitoral para, em seguida, discutir os dados relacionando-os ao fenômeno do populismo contemporâneo e aos problemas conjunturais e estruturais que o modelo liberal de democracia vem enfrentando. Por fim, a conclusão traz os desafios analíticos encontrados e comenta sobre o momento desafiador que os regimes democráticos contemporâneos no século XXI enfrentam.

Apoio e confiança política

Apesar de estabelecida uma arquitetura democrática mínima de funcionamento, com competição e participação (Downs, 1999; Schumpeter, 2017), liberdade de expressão e associação e com acesso a fontes alternativas de informação (Dahl, 2012, 2016), democracias precisam do apoio de seus cidadãos para terem êxito. Por essa razão, um cenário de desconfiança generalizada nas instituições e a alta insatisfação com o desempenho democrático contribuem para a diminuição da legitimidade do regime e para uma cultura de descrença ou indiferença.

Moisés e Meneguello (2013) trazem o dilema sobre as democracias terem que conviver, indefinidamente, com um cenário de contínuo descrédito por parte de seus cidadãos, que avaliam com desconfiança as instituições políticas. Se isso acontece, argumentam os pesquisadores, as instituições políticas estão prejudicadas em sua capacidade de coordenar a sociedade na busca de cooperação para a resolução dos seus principais problemas.

Dessa forma, uma importante contribuição para ampliar a capacidade analítica sobre as bases da legitimidade de um sistema político foi a de Easton (1968), com os seus conceitos de *apoio difuso* e *específico*. Todo sistema, argumentou Easton (1957), deve ser capaz de proporcionar uma base moral sólida, criar as condições para a existência de um sentido de legitimidade e compartilhar tal crença entre as esferas da comunidade, do regime e do governo.

Segundo Easton (1982), devemos examinar os três tipos de legitimidade presentes em um sistema político: ideológica, estrutural e pessoal. A primeira diz respeito às convicções morais sobre a validade do regime. A segunda apresenta uma crença na validade da estrutura e das normas do sistema. Já a terceira trata da crença na validade das pessoas que desempenham funções de autoridade, isto é, na qualificação para exercer essas tarefas. Enquanto no primeiro tipo de legitimidade estamos frente ao apoio difuso, quando passamos da legitimidade estrutural para a de tipo pessoal é o apoio específico que aparece.

Isso significa que os cidadãos podem perder a confiança nas autoridades, mas não no regime. Essa parece ser a situação de muitas democracias que hoje apresentam índices cada vez mais baixos de confiança nas lideranças políticas ou no funcionamento

de determinadas instituições, mas que mantêm índices altos de apoio ao regime democrático. Todavia, se a legitimidade não alcança as autoridades e instituições, é sinal de que as respostas dadas pelo sistema às demandas sociais não estão sendo atendidas ou, pelo menos, não estão sendo percebidas pelos cidadãos com a atenção que julgam merecer.

Norris (2011) argumenta que não se pode deixar de lado o caráter multidimensional do apoio, o que significa a existência de pelo menos cinco dimensões: sentimento de identidade e orgulho nacional; adesão ao regime enquanto princípios e valores; avaliação e satisfação com o seu desempenho; confiança em suas instituições; confiança em lideranças políticas. Quanto maior for o apoio em cada uma dessas dimensões, maior será a legitimidade do sistema político.

Claassen (2020a, 2020b) testou um modelo com 135 países ao longo, aproximadamente, de 30 anos e encontrou evidências que confirmam a tese de Easton (1968), ou seja, o apoio pode contribuir modestamente para o surgimento democrático, mas é fundamental para a sua sobrevivência. O mesmo resultado foi encontrado por Inglehart (1993): o apoio é sempre um bom preditor para a estabilidade e a legitimidade democrática, e parte desse apoio deriva da confiança recebida pelo sistema político, em suas múltiplas dimensões, por parte da sociedade.

Por que a confiança importa?

O sentimento negativo dos cidadãos em relação ao funcionamento democrático tem crescido à medida que a insatisfação com o desempenho do regime aumenta e a confiança nas instituições diminui, caracterizando um fenômeno recorrente e sistemático em análises comparadas. Confiança, conforme o Dicionário Aurélio (Ferreira 2004, 256), constitui uma “segurança íntima de procedimento” e o ato de confiar, segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa é “entregar (alguma coisa) a alguém sem receio de a perder ou de sofrer dano” (Priberam, 2021).

Na política, no entanto, a confiança apresenta uma complexidade maior. Ela envolve transferir a outra pessoa ou instituição as nossas expectativas, receios e sonhos e, portanto, envolve outorgar a outrem parte de nosso futuro. Além disso, não há consenso

conceitual e teórico sobre confiança e, mais especificamente, sobre a confiança política. Contudo, quatro matrizes teóricas se destacam entre a temática de abordagem sobre o assunto: a psicológica, a econômica, a cultural e a institucional.

A abordagem psicológica argumenta que a confiança é adquirida a partir dos primeiros estágios do desenvolvimento humano. Smith (1969) estudou a relação entre o desenvolvimento psicológico da personalidade com diferentes graus de confiança e participação e a presença de traços autoritários nos indivíduos. Para o autor, a existência de grupos sociais de referência é determinante para o desenvolvimento psicológico no próprio grupo de pertencimento. Padrões adquiridos desde os primeiros grupos – família, escola – até os grupos sociais mais abrangentes – comunidade étnicas, profissionais etc. – são importantes não somente para o desenvolvimento da personalidade, mas também da maior ou menor propensão à confiança, à cooperação, à solidariedade e à reciprocidade, bem como do maior ou menor grau de autoritarismo.

A abordagem econômica ou racional gira em torno da racionalidade dos cidadãos, entendidos como atores que confiam mais ou menos nas instituições de acordo com o desempenho econômico ou de acordo com a percepção pragmática dos ganhos e perdas que envolvem o regime, as instituições e a prática direta de suas ações na vida das pessoas (Hardin, 2002; Levi, 1998). Na sua teoria geral da confiança, Norris (2022) argumenta que há um raciocínio lógico do cidadão, por meio do qual ele, ao perceber que está tendo ganhos práticos com a política governamental ou, numa perspectiva mais difusa, com o regime, tende a depositar maior confiança em tais ações, agendas ou governos. Todavia, o modelo de explicação econômica encontra uma limitação de alcance, visto que é possível verificar que a confiança política apresenta declínios tanto em países considerados de alta capacidade de Estado, como o Japão e os EUA, quanto em países de baixa capacidade estatal, assim como em períodos de crescimento econômico parco ou inercial.

A abordagem cultural pode ser encontrada em Banfield (1958) e Almond e Verba (1966). Esses autores argumentam que atributos importantes, como a confiança, podem ser encontrados na matriz cultural de compartilhamento de valores de uma sociedade. Inglehart (1993) incorporou o ingrediente religioso nessa

argumentação. Seu mapa cultural procurou trazer evidências empíricas que atestassem que matrizes protestantes têm maior grau de confiança social quando comparadas com matrizes católicas, islâmicas e confucionistas (Inglehart, 1993; Inglehart e Welzel, 2009).

Já a abordagem institucional diz que a questão da confiança está ligada à segurança de procedimento ou ao prévio conhecimento das respostas dadas pelos atores com os quais se interage. A confiança política diz respeito ao funcionamento de regras, normas e estruturas que condicionam o funcionamento das instituições e cujos efeitos recaem sobre o cidadão; “em outras palavras, a confiança política dos cidadãos em instituições dependeria da coerência delas com a sua autojustificação normativa” (Moisés, 2013, 44).

Qual o caminho a seguir, então? Traços como maior ou menor confiança social podem estar ligados aos primeiros estágios do desenvolvimento da personalidade e da capacidade cognitiva de avaliar ganhos e perdas, mas não explica por si só o fenômeno da confiança. Pessoas nascidas em meios sociais de alta desconfiança tendem a reter maior confiança social quando são estabelecidas em meios sociais fomentadores de confiança e solidariedade. Nesse sentido, os indivíduos podem vir a confiar mesmo sabendo dos seus riscos de curto e médio prazo, que é o que ocorre com investidores econômicos em geral.

Por outro lado, esperar que todo cidadão seja capaz de discernir a natureza das premissas normativas institucionais e avaliar se elas estão ou não respondendo à sua missão é uma tarefa demasiada abstrata, para não dizer ilusória. Parcela significativa dos cidadãos não entende com profundidade o *modus operandi* da constelação de instituições que compõem o sistema político e os processos eleitorais. É preciso, assim, atentar para a complexidade do tema e entender que a confiança social e política dos cidadãos podem vir a refletir uma amálgama dessas e de outras matrizes.

Compreender que os cidadãos podem levar em conta o papel que têm em mente das atribuições institucionais, mas que também a gênese familiar e o meio social de formação e atuação são importantes para configurar o grau de confiança, além dos cálculos de ganhos e perdas que podem realizar, significa caminhar para uma abordagem mais ampla e, portanto, menos engessada às premissas normativas. É por essa razão que a confiança política

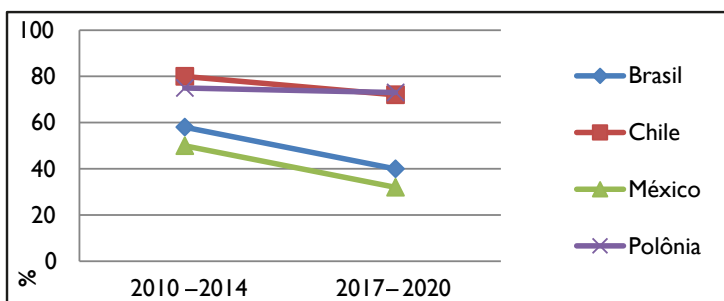
deve ser entendida dentro dessas complexas cadeias de matrizes teóricas, nunca deixando de lembrar, no entanto, que todas elas se encontram inseridas em contextos culturais que ajudam a moldar todo o processo de formação da confiança e desconfiança política.

Dados e métodos

Os dados utilizados neste estudo são da World Values Survey (WVS), uma investigação feita por meio de pesquisas *surveys* – representantes de amostras elaboradas para cada país pesquisado – e realizada por uma rede global de cientistas sociais que estudam a mudança nos valores e os seus impactos na vida social, política e econômica dos países. A WVS foi iniciada na década de 1980 pelo professor Ronald Inglehart¹ e, em 2022, cobre mais de 90% da população mundial.

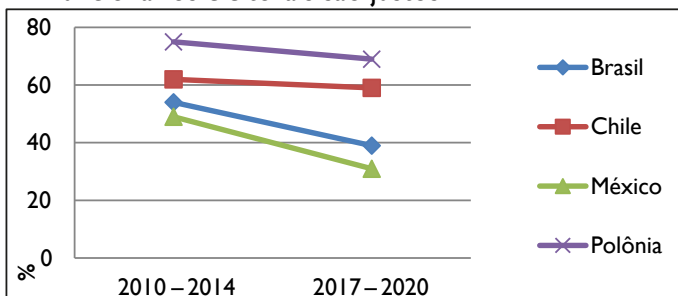
A análise realizada é de ordem quantitativa longitudinal e se vale das últimas duas ondas disponíveis para o Brasil, Chile, México e Polônia: 2010-2014 – Brasil: 1486 amostras; Chile: 1486 amostras; México: 2000 amostras; Polônia: 966 amostras – e 2017-2020 – Brasil: 1.762 amostras; Chile: 1.762 amostras; México: 1.739 amostras; Polônia: 1.358 amostras. Ao todo são 10 gráficos que abordam a percepção da população sobre o processo eleitoral. Para a construção de tais gráficos, foram somadas as respostas “muitas vezes” e “com bastante frequência” dos participantes.

Gráfico I – Percepção de que os votos são contabilizados de forma justa



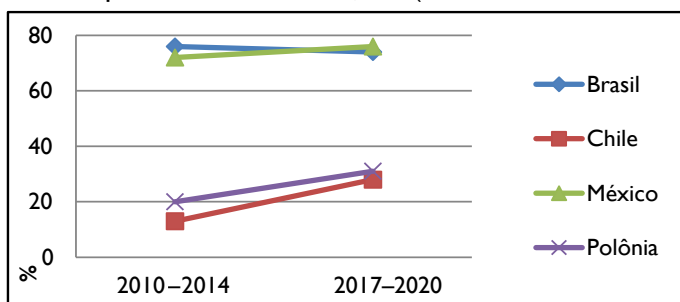
Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

1. Ronald Franklin Inglehart, *in memoriam* (05/09/1934 – 08/05/2021).

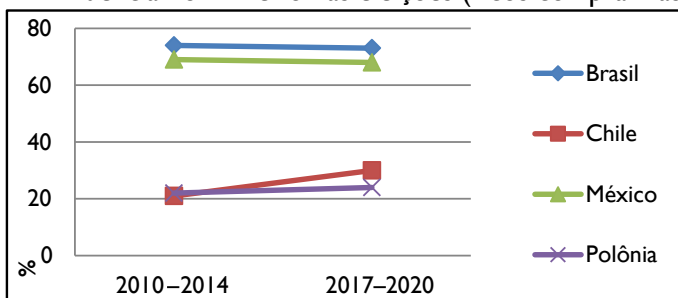
Gráfico 2 – Funcionários eleitorais são justos

Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Nota-se um declínio na percepção sobre os votos serem contados de forma justa e os funcionários eleitorais serem justos. Tanto no primeiro caso como no segundo, as quedas mais consistentes aconteceram em cidadãos brasileiros e mexicanos: ambos apresentaram queda de 18% na primeira questão e de 15% e 18% na segunda. Chilenos e poloneses também apresentam queda.

Gráfico 3 – Compra de votos nas eleições (eleitores são subornados)

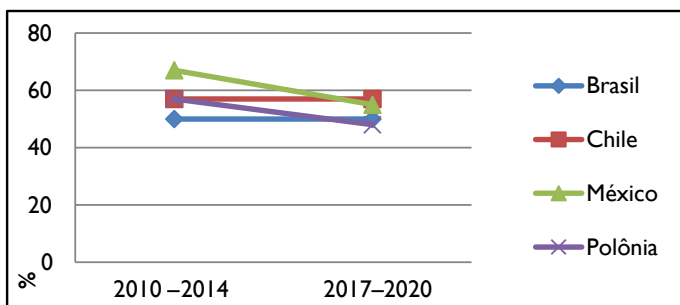
Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Gráfico 4 – Influência do dinheiro nas eleições (ricos compram as eleições)

Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

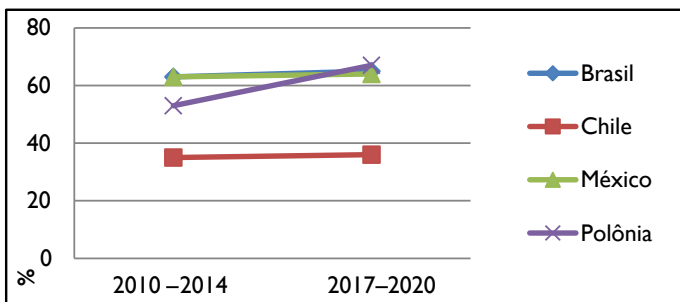
As percepções de que há compra de votos nas eleições e que o dinheiro tem influência sobre elas são maiores entre cidadãos brasileiros e mexicanos. No Brasil, tal percepção oscilou de 76% para 74% e de 74% para 73% entre as duas ondas, enquanto no México ela oscilou de 72% para 76% e de 69% para 68%. O Chile foi o país que teve o maior crescimento, proporcionalmente, passando de 13% para 28% e de 21% para 30%, um aumento substantivo. A mesma percepção, mas entre os poloneses, cresceu e oscilou, passando de 20% para 31% e de 22% para 24%.

Gráfico 5 – Cobertura jornalística justa das eleições



Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Gráfico 6 – Frequência com que os noticiários da TV favorecem o partido do governo

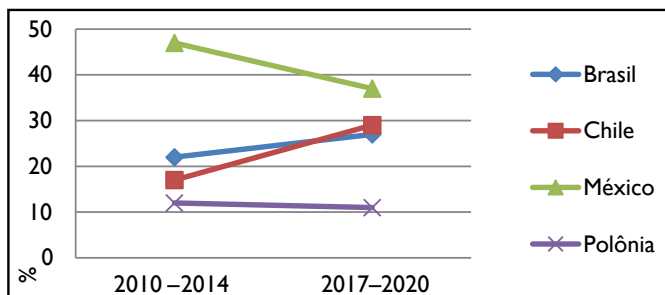


Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Quando se trata dos meios de comunicação, a percepção de que existe uma cobertura jornalística justa das eleições é maior entre os cidadãos mexicanos, chilenos e poloneses, com crescimento e estabilidade entre as duas ondas. No Brasil, o percentual se manteve nos 50% nas duas ondas pesquisadas. Em relação à questão

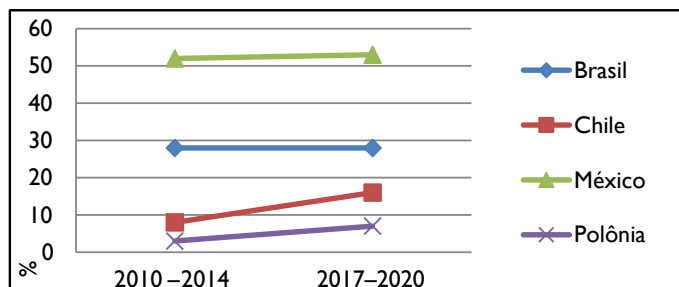
envolvendo a percepção sobre a frequência com que os noticiários de TV favorecem o partido de governo, elas são maiores em cidadãos poloneses – 53% para 67% –, brasileiros – 63% para 65% – e mexicanos – 63% para 64%.

Gráfico 7 – Frequência com que os candidatos de oposição são impedidos de concorrer



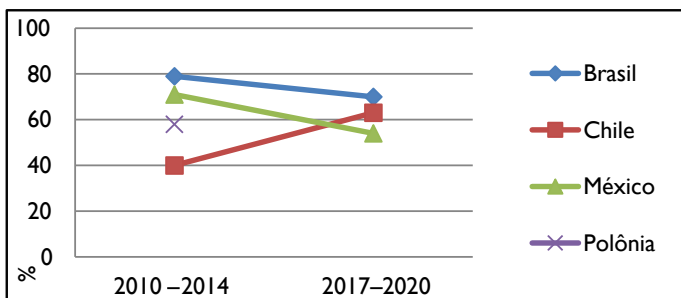
Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Gráfico 8 – Eleitores são ameaçados na hora de votar

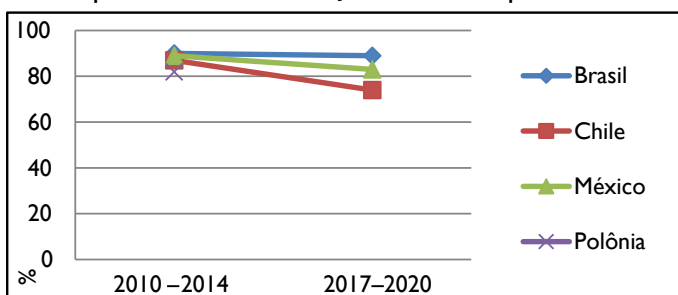


Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Sobre a questão da frequência com que os candidatos de oposição são impedidos de concorrer, houve um aumento dessa percepção entre chilenos – 17% para 29% – e brasileiros – 22% para 27% –. A percepção mexicana sobre o assunto diminuiu de 47% para 37% e a polonesa oscilou de 12% para 11%. Em relação às ameaças na hora de votar, observou-se um crescimento entre os poloneses – de 3% para 7% – e chilenos – 8% para 16%. Os brasileiros se mantiveram no mesmo percentual ao longo das duas ondas – 28% –, enquanto os mexicanos oscilaram de 52% para 53%.

Gráfico 9 – Existência de escolhas verdadeiras nas eleições

Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Gráfico 10 – Importância de ter eleições honestas para a vida

Fonte: World Values Survey (2020a, 2020b).

Quando perguntados sobre a existência de escolhas verdadeiras nas eleições, a percepção entre mexicanos e brasileiros reduziu de 71% para 54% e de 79% para 70%, respectivamente. O Chile aumentou a percepção entre os seus cidadãos, subindo de 40% para 63%. Quanto à questão envolvendo a importância de ter eleições honestas para a vida, apesar de todos manterem percentuais elevados, as respostas oscilaram negativamente entre as duas ondas: o Brasil de 90% para 89%, o México de 89% para 83% e o Chile de 87% para 74%, caracterizando a maior queda. Em relação aos poloneses, para essas duas últimas questões só há dados da onda 2010-2014, em que o percentual foi de 58% na primeira e 82% na última.

Desconfiança política e o populismo autoritário

Os dados mostram uma trajetória de piora na percepção dos cidadãos sobre os processos eleitorais e as instituições que os

circunscrevem. Os brasileiros e os mexicanos estão entre os mais céticos e desconfiados e são os países que, historicamente, sempre apresentaram baixos índices quando são abordadas questões envolvendo confiança em instituições representativas. Os índices são altos quando se trata da percepção sobre compra de votos e desconfiança quanto à contabilização destes. Entre a piora generalizada, o destaque vai para o Chile, que vem agravando rapidamente o seu quadro de confiança nos processos eleitorais. Esta é uma das explicações para o crescimento da extrema direita nas eleições de 2021 no país, com José Antonio Kast, um candidato abertamente saudosista do período da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) que liderou, durante um bom tempo, as pesquisas de intenção de voto.

A Polônia, por sua vez, vem se autocratizando significativamente desde que o partido Lei e Justiça (PiS) assumiu a presidência em 2015 (Lindberg, 2021), instaurando uma plataforma conservadora abertamente antieuropeia, antiglobalista e com uma agenda de cerceamento à liberdade de imprensa e “empacotamento” do sistema judicial². O país encabeça a lista de autocratização no relatório do V-Dem (Lindberg, 2021), passando de uma democracia liberal, em 2010, para uma democracia eleitoral, em 2021.

No caso brasileiro, a piora na avaliação do processo eleitoral criou um ambiente desafiador para a democracia, uma vez que o ressurgimento autoritário no país veio com a ascensão da extrema direita por meio da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, uma liderança saudosista do período da Ditadura Militar (1964-1985) que dá constante suporte ao aumento do protagonismo de grupos antissistemas que pedem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Tais grupos, além de procurarem desacreditar essas e outras instituições, minam exatamente a legitimidade do processo eleitoral ao fazerem avançar dúvidas sobre a sua lisura.

O México tem índices tão preocupantes quanto o Brasil em uma série de questões, que vão desde os altos índices de desconfiança institucional até os altos índices de percepção de corrupção e a percepção generalizada e ruim que os mexicanos têm do seu processo

2. Dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas estão a nomeação de juízes por motivação política, expurgos judiciais – destituição de juízes por motivos políticos – e a blindagem do Executivo de ações vindas da Alta Corte do país (Lindberg, 2021).

eleitoral, como revelam os dados aqui apresentados. O presidente eleito em 2018, Andrés Manuel López Obrador, vem se destacando com um populismo à esquerda. López Obrador respondeu inicialmente de forma negativa à pandemia do coronavírus e, desde o início de seu governo, vem construindo a sua narrativa política a partir de um populismo maniqueísta (Alexander, 2018) e, ainda, de um *zeitgeist* (Mudde, 2004), do bem contra o mal, dos pobres contra os ricos, dos honestos contra os corruptos, ou seja, procura categorias binárias e antagônicas para a construção de seu discurso.

O populismo contemporâneo é um fenômeno complexo. Se em meados do século XX ele era um conceito generalizado e associado à manipulação das massas e um fenômeno que se iniciou com a ampliação dos direitos políticos da população, hoje ele é nuclearmente antissistêmico. Em suas variações modernas, podem ser estritamente iliberais (Zakaria, 1997), como no caso da Hungria, em que o próprio Viktor Orbán gosta de definir “seu tipo” de regime, como também antissistêmicas, nacionalistas e reacionárias, como no caso da Frente Nacional francesa, de Marine Le Pen, do Partido pela Liberdade holandês, de Geert Wilders e Thierry Baudet. Ainda, o populismo pode surgir com diferentes tonalidades de autoritarismo, como foi o caso dos EUA com Donald Trump, da Polônia com o PiS e do Brasil, talvez o exemplo mais nítido dessa trajetória, devido à existência de uma cultura política autoritária e um cenário de descrédito generalizado com o sistema político nacionalista.

O autoritarismo, conforme destacado por Linz (1964), trabalha para limitar o pluralismo e desmobilizar a participação, podendo surgir tanto da crise e do desmoronamento do sistema democrático quanto da transição do domínio tradicional. A atual crise que abre caminho nos modelos liberais de democracia é proveniente das limitações da invenção desse tipo de regime aristocrático de nascença (Lefort, 1987) e, portanto, limitado não só na capacidade de representar, mas também nas mudanças que as sociedades contemporâneas vêm enfrentando com a revolução tecnológica, a ascensão da internet, das mídias sociais e da inteligência artificial e, principalmente, as consequências econômicas e sociais associadas à chamada Quarta Revolução Industrial (Schwab, 2016): o aumento do desemprego e do subemprego, o desaparecimento do estado de bem-estar social nos países desenvolvidos e o deslocamento agressivo e sistemático do capital no século XXI.

O crescimento da desigualdade econômica global vem sendo apontado como uma das razões para a disfuncionalidade dos sistemas democráticos (Milanovic, 2016; Piketty, 2014, 2020). De fato, a distribuição desigual dos recursos econômicos agrava a percepção popular de que a democracia diz respeito a um regime que não responde a todos e, somada a essa concentração da renda, há a precarização acelerada no mundo do trabalho que vem aumentando significativamente os desafios para o funcionamento democrático. Nesse sentido, a reconfiguração da distribuição da mão de obra deve ser um trabalho conjunto entre Estado e regime (Antunes, 2020; Susskind, 2020).

A crescente desigualdade econômica e os seus impactos na esfera social e política também contribuem para um deslocamento dos valores, das atitudes e das percepções das pessoas. Segundo Inglehart e Norris (2017), a insegurança existencial econômica e identitária provocaram um *backlash*³ cultural, ou seja, uma reação ao avanço cultural dos valores ocorrido nas últimas décadas nas sociedades industriais avançadas. Para os autores, os 35 anos de segurança existencial experimentados pelas democracias desenvolvidas trouxeram ganhos excepcionais e promoveram a mudança nos valores, algo que agora começa a sofrer uma espécie de “refluxo”. Ao verificar as razões do aumento no apoio às lideranças autoritárias e populistas, os pesquisadores observaram que os ganhos econômicos ocorridos durante esses anos chegaram apenas aos do topo, ou seja, os mais ricos, enquanto a maior parcela da população experimentou uma queda real da renda e um aumento da insegurança em relação ao emprego.

No argumento dos autores, a novidade não está na reação à mudança nos valores, mas no seu crescente protagonismo nos últimos anos. Fatores como renda e desemprego ainda são preditores fracos do apoio às lideranças autoritárias e populistas quando comparados à ansiedade que as mudanças culturais provocaram, erodindo normas sociais e identitárias existentes: “a renda tornou-se um

3. De acordo com o Cambridge Dictionary, *backlash* pode ser definido como um forte sentimento entre um grupo de pessoas em reação a uma mudança ou a eventos recentes acontecidos na sociedade e na política (Cambridge Dictionary, 2022).

indicador muito mais fraco das preferências do público do que questões culturais⁴” (Inglehart e Norris, 2017, 448, tradução nossa).

De acordo com Norris e Inglehart (2018), o populismo autoritário oriundo dessa reação à mudança nos valores age corroendo a fé nos princípios e práticas da democracia liberal por meio da promoção de um discurso antissistema e posicionamentos nacionalistas extremados e xenofóbicos que semeiam a intolerância e provocam a tribalização social. Seu crescimento e sucesso se devem a: 1) um aumento na demanda da opinião pública por discursos dessa natureza; 2) estratégias partidárias que se adaptam ao contexto das demandas, tendo em vista os ganhos em curto prazo; 3) arranjos institucionais que permitem o sucesso de tais estratégias pelas regras do jogo.

A descrença generalizada no sistema político, com destaque para a redução da confiança em instituições centrais do modelo liberal de democracia, como partidos políticos e parlamentos, somada ao aumento da desconfiança nas instituições que promovem os processos eleitorais, constitui um elemento explicativo importante para entender o crescimento do populismo contemporâneo, nuclearmente antissistêmico e autoritário. Todavia, o aumento da desconfiança e da percepção negativa de funcionamento de tais instituições provêm da incapacidade destas de dar as respostas adequadas às sociedades, que vêm se transformando rapidamente.

A revolução tecnológica, as transformações econômicas, a concentração excessiva da renda, o deslocamento abrupto de capital, o terrorismo e a imigração em massa são apenas algumas das questões contemporâneas cujas repostas democráticas têm ficado aquém. Depois que a democracia mais orgulhosa de seu selo sofreu uma tentativa de golpe com a invasão do Capitólio em janeiro de 2021, lideranças democráticas de todo o mundo não demoraram muito para perceber que o combate populista veio para ficar, não se constituindo, portanto, num ou noutro governo, mas em um movimento expressivo dentro das sociedades que procura ganhar voz por meio de lideranças, partidos e movimentos que canalizam tais anseios e demandas, bem como atrair para si a encarnação do que é o povo do populismo. Tal movimento é iniciado via regras democráticas, mas, uma vez no poder, trabalha para subverter a engrenagem liberal ou mesmo aniquilá-la.

4. No original: “Income became a much weaker indicator of the public’s political preferences than cultural issues”.

Conclusões

O clima democrático global piorou nos últimos anos. A diminuição das liberdades civis, as restrições políticas na participação, na organização e na competição e os ataques e os constrangimentos sistemáticos aos veículos de informação independentes e à academia são práticas que voltaram com intensidade em muitas democracias, tanto aquelas consideradas longevas quanto em regimes que se democratizaram durante a terceira onda. Enquanto diversas agendas de pesquisa vêm procurando explicar as razões para essa mudança de trajetória, os alcances nem sempre são satisfatórios, principalmente em razão das limitações teóricas e metodológicas diante da complexidade do tema.

Os limites enfrentados por esta pesquisa se encontram, sobretudo, na pouca disponibilidade de dados referentes à percepção do processo eleitoral, pois se têm disponíveis apenas as informações referentes às ondas 2010-2014 e 2017-2020. Isso implica que a queda generalizada em muitas das dimensões aqui analisadas poderiam ser maiores caso tivesse sido feita uma comparação longitudinal, a partir de um intervalo de tempo maior. Outro ponto é que a literatura internacional que investiga o (res)surgimento do populismo autoritário enfatiza demasiadamente fatores materiais conjunturais, mas o caminho seguido neste artigo foi o de revelar a permanência de uma cultura de afastamento e de desconfiança dos cidadãos não só em relação ao campo da política, mas, principalmente, em relação aos processos que circunscrevem as escolhas dos representantes políticos.

Esta pesquisa ressalta que os valores, as atitudes e as percepções da população têm significativa importância para que seja possível entender que a trajetória de mudança na democracia geralmente vem ancorada sob uma cultura política que a sustenta. Por essa razão, o apoio social ao regime e a confiança política são centrais para essa análise, bem como para compreender como os cidadãos entendem e percebem nas suas vidas os processos políticos e eleitorais. A escolha dos casos analisados decorre da sua condição de promotores do populismo em suas mais variadas formas nos últimos anos e nas suas ações sistemáticas de desacreditar o próprio sistema – democrático – que os fizeram ascender.

As evidências trazidas por esta e outras pesquisas que a precederam sinalizam que as preocupações com os rumos do regime democrático são reais e devem ser levadas a sério. As instituições que promovem os processos eleitorais nos países analisados tiveram uma piora na percepção de brasileiros, chilenos, mexicanos e poloneses. Ao serem transpostas da dimensão liberal para a dimensão eleitoral, tais democracias precisarão de mais do que resiliência, pois os desafios postos são práticos, mas também ideológicos. Nada mais oportuno do que participar do jogo democrático desacreditando-o, que vem sendo uma das principais táticas do populismo no século XXI.

Referências

- ALEXANDER, J. C. (2018). Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, vol. 8, n. 3, p. 1009-23.
- ALMOND, G; VERBA, S. (1966). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ANTUNES, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços da era digital*. São Paulo: Boitempo.
- BANFIELD, E. C. (1958). *The moral basis of a backward society*. Glencoe: Free Press.
- CAMBRIDGE DICTIONARY. (c2022). *Backlash*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/backlash>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- CLAASSEN, C. (2020a). Does public support help democracy survive? *American Journal of Political Science*, vol. 64, n. 1, p. 118-34.
- _____. (2020b). In the mood for democracy? Democratic support as thermostat opinion. *American Political Science Review*, vol. 114, n. 1, p. 36-53.
- DAHL, R. A. (2012). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- _____. (2016). *Sobre a democracia*. Brasília, DF: Editora UnB.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- EASTON, D. (1957). An approach to the analysis of political systems. *World Politics*, vol. 9, n. 3, p. 383-400.
- _____. (1968). *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1982). A crença na legitimidade. In: EASTON, D. *Curso de introdução à Ciência Política*. Brasília, DF: Editora UnB. p. 89-108.
- FERREIRA, A. B. H. (2004). *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo.

- HARDIN, R. (2002). The crippled epistemology of extremism. In: BRETON, A. *et al.* (ed.). *Political extremism and rationality*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 3-22.
- _____. (1993). **Democratização em perspectiva global**. *Opinião Pública*, vol. 1, n. 1, p. 9-67.
- _____; WELZEL, C. (2009). *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.
- _____; NORRIS, P. (2017). Trump and the populist authoritarian parties: the silent revolution in reverse. *Perspectives on Politics*, vol. 15, n. 2, p. 443-54.
- KAUFMAN, R. R.; HAGGARD, S. (2018). Democratic decline in the United States: what can learn from middle-income backsliding? *Perspectives on Politics*, vol. 17, n. 2, p. 417-32.
- LEFORT, C. (1987). *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense.
- LEVI, M. (1998). Conscription: the price of citizenship. In: BATES, R. H *et al.* *Analytic narratives*. Princeton: Princeton University Press.
- LINDBERG, S. I. (2021). *Autocratization turns viral: democracy report 2021*. Gothenburg: University of Gothenburg.
- LINZ, J. (1964). An authoritarian regime: the case of Spain. In: ALLARDIT, E.; LITTUNEN, Y. (orgs.). *Cleavages, ideologies, and party systems: contributions to comparative political sociology*. Helsinki: The Academic Bookstore. p. 291-41.
- MILANOVIC, B. (2016). *Global inequality: a new approach for the age of globalization*. Cambridge: Harvard University Press.
- MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (2013). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp.
- MUDDE, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, vol. 39, n. 4, p. 541-63.
- NORRIS, P. (2011). *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Spring: Cambridge University.
- NORRIS, P. (2022. Prelo) *In praise of skepticism: trust but verify*. New York: Oxford University Press.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. (2018). *Cultural backlash: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism*. New York: Cambridge University Press.
- PIKETTY, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- _____. (2020). *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PRIBERAM. (2021). *Confia*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/confia>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- SCHUMPETER, J. A. (2017). *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Editora Unesp.

- SCHWAB, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro.
- SKAANING, S. (2020). Waves of autocratization and democratization: a critical note on conceptualization and measurement. *Democratization*, vol. 27, n. 8, p. 1533-42.
- SMITH, M. B. (1969). *Social psychology and human values: selected essays*. Chicago: Aldine Publishing.
- SUSSKIND, D. (2020). *Um mundo sem trabalho: como responder ao avanço da tecnologia*. Porto: Porto.
- THE ECONOMIST. (2021). *Democracy Index 2021: the China Challenge*. London, Economist Intelligence.
- TOMINI, L. (2021). Don't think of a wave! A research note about the current autocratization debate. *Democratization*, vol. 28, n. 6, p. 1191-01.
- WELZEL, C. (2021a). Democratic horizons: what value changes reveals about the future of democracy. *Democratization*, vol. 28, n. 5, p. 992-16.
- _____. (2021b). Why the future is democratic. *Journal of Democracy*, vol. 32, n. 2, p. 132-44.
- WORLD VALUES SURVEY. (2020a). *WVS wave 6 (2010-2014)*. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- _____. (2020b). *WVS wave 7 (2017-2020)*. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ZAKARIA, F. (1997). The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, vol. 76, n. 6, p. 22-43.